

# “Centrão” limita exigências para manter unidade

Rubem de Azevedo Lima

O «Centrão» está disposto a transferir para a responsabilidade da própria Constituinte a decisão sobre as



questões constitucionais mais controversas, como o sistema de Governo que o País deve ter — parlamentarismo ou presidencialismo — e o prazo de duração do mandato do presidente José Sarney (quatro, cinco ou seis anos).

Desse modo, o «Centrão» espera manter-se unido, para impor seus pontos de vista no tocante aos direitos sociais e coletivos, assim como nas matérias de interesse econômico.

Um dos itens que mais dividem o «Centrão» é o referente ao sistema de Governo. A maior parte dos centristas é presidencialista, embora uma elevada parcela do grupo seja parlamentarista.

Nessa matéria, cada centrista ficará liberado para votar como quiser, mas, no grupo, o presidencialismo deverá contar com 55 ou 60% de partidários, portanto, entre 165 e 180 votos. Somando-se a esse total os presidencialistas do PMDB não-centrista (entre 60 e 70 constituintes), os do PDT (23 parlamentares), os do PT (16) e mais os do PCB, PC do B e PSB (pelo menos cinco representantes), o retorno do presidencialismo, no projeto de Constituição, deverá ser aprovado, sem que o grupo centrista precise definir-se.

trão». Da mesma forma que a Comissão de Sistematização da Constituinte, com seus 93 integrantes, não reflete, fielmente, o pensamento de toda a Constituinte, a própria Assembleia, na hipótese de aprovar os cinco anos para Sarney, poderá também contrariar as expectativas da opinião pública no tocante a esse assunto. Todas as pesquisas — reconhecem os centristas mais ortodoxos — revelam que o povo brasileiro aceita, no máximo, quatro anos de mandato para o atual Presidente. Assim, embora estejam convencidos de que o que vier a ser aprovado na Constituinte contará com o apoio das Forças Armadas, os centristas receiam o surgimento de grave crise institucional no País, com a aprovação dos cinco anos para Sarney.

## Discriminação

De um certo modo, porém, os centristas contam com um fenômeno curioso, captado pelo grupo — entre os constituintes que lhe são desfavoráveis — como fator que favorece a aprovação dos cinco anos para Sarney. Existem os partidários desse período de mandato, não porque sejam simpáticos ao atual Presidente, mas porque o consideram bastante razoável, a fim de que não haja discriminação entre Sarney e seus sucessores. Outro grupo quer cinco anos porque tem medo de Brizola, numa campanha eleitoral para presidente, em 1988. Finalmente, há os que se opõem aos quatro anos para o atual chefe de Governo porque, desse modo, também estarão ajudando os governadores peinedebistas com maiores chances eleitorais em 1989 notadamente o de São Paulo, Orestes Quércia ou porque são parlamentaristas e acham que os cinco anos facilitam a aprovação do parlamentarismo.

## Perspectiva

Da mesma forma que evitará envolver-se nesse assunto, o «Centrão», como grupo, também não patrocinará nenhuma emenda sobre duração do mandato do atual Presidente. A propósito, nessa matéria a decisão da Assembleia deverá depender dos acontecimentos, pois o prazo do mandato de Sarney será uma das últimas deliberações a serem adotadas na Constituinte, já que consta do capítulo das disposições transitórias, o último da futura Constituição.

Levantamentos feitos no «Centrão» indicam, porém, que acima de 60% do grupo (portanto mais de 180 centristas) são favoráveis aos cinco anos para Sarney. Desse modo, a tese do quinquênio apresenta grandes possibilidades de impor-se na Constituinte. O que poderá prejudicar a conquista desse objetivo será, de um lado, a perspectiva de inflação mensal superior a 20% quando a questão do mandato for discutida (em fins de fevereiro ou começo de março de 1988), e, do outro lado, o fato de que o assunto pode aguçar as divergências internas no «Cen-

quanto aos assuntos sociais e econômicos — transferência do problema da estabilidade no emprego para a legislação ordinária etc — o «Centrão» resolveu limitar ao máximo sua pauta de reivindicações. Por sinal, para não perder o voto do PTB ao grupo, os centristas das outras agremiações concordaram em aprovar emenda do deputado Gastone Righi, líder daquele partido, que reduziu, constitucionalmente, a jornada de trabalho semanal para 44 horas.

Em atitude adotada para mostrar espírito de colaboração com o presidente da Constituinte, o «Centrão» concordou em enviar ao deputado Ulysses Guimarães, até o recesso da Assembleia — no próximo dia 19 — o conjunto das emendas que vai propor ao projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral. Um centrista esclarece que o grupo não ficará na dependência de Ulysses, mas simplesmente vai facilitar os entendimentos entre o «Centrão» e seus adversários, no período natalino.